



Ofício nº 98/2025

Rio de Janeiro, 10 de outubro de 2025

Ao/A Excelentíssimo/a,
Deputado/a Federal — Câmara dos Deputados
Brasília—DF

Assunto: Solicitação de Emenda Parlamentar à Ação 20V8 – Implantação e Expansão de Redes Comunitárias de Internet no Assentamento 25 de Março, a ser executado no município de Carapebus/RJ

Excelentíssimo Senhor,

Cumprimentamos Vossa Excelência cordialmente, reiteramos o nosso reconhecimento pelo trabalho em favor das causas sociais e pelo empenho na promoção de políticas públicas que reduzem desigualdades.

O **Movimento Nacional de Redes Comunitárias**, por meio do **Comitê Nacional de Redes Comunitárias**, congrega mais de **90 representações** de lideranças comunitárias, entidades de defesa de direitos humanos e digitais, organizações da sociedade civil, academia e ativistas.

Redes comunitárias são infraestruturas de internet simples, **implantadas e geridas** pela **própria comunidade** com **apoio temporário** de parceiros até alcançar **autonomia plena**. Vai **além de “conectar”**: entrega acesso significativo — qualidade definida coletivamente, custo compatível com a renda, uso seguro e cotidiano para educação, saúde, serviços públicos digitais e geração de renda — com **formação de agentes locais**, transparência e regras claras de **autogestão**. Não substitui redes comerciais; complementa onde o mercado é inviável, insuficiente ou caro, ampliando oportunidades e **fortalecendo a cidadania digital**.

Mais que complementar a conexão, trata-se de um **bem comum de base tecnológica**: um **arranjo orgânico e social** que promove, de forma **solidária e colaborativa**, trocas de conhecimento, **letramento digital, desenvolvimento de habilidades e apropriação crítica das TICs entre pares comunitários**. Com o devido fomento de **política pública** para essas ações no território, o modelo torna-se **mais eficiente e econômico** — reduz custos de operação pela **autogestão**, gera efeitos de rede e consolida resultados na comunidade — ao mesmo tempo em que empodera seus moradores e fortalece laços sociais nos **territórios digitais**.

Nesse contexto, solicitamos a Vossa Excelência a destinação de **emenda parlamentar à Ação 20V8** do orçamento federal, para o financiamento do seguinte **projeto de Rede Comunitária** a ser executado no Estado do Rio de Janeiro:



“Implantação e Expansão de Redes Comunitárias de Internet no Assentamento 25 de Março, a ser executado no município de Carapebus/RJ”.	O projeto atenderá diretamente 250 famílias em assentamento rural, além da praça no território, sede da associação e pontos de interesse local. Despesa de Capital: R\$ 290.000,00 Despesa de Custeio: R\$ 310.000,00 Valor Global do Projeto: R\$ 600.000,00
--	---

O projeto contempla:

- **Aquisição de equipamentos e insumos técnicos** para redes híbridas (rádio, cabeamento estruturado e/ou fibra óptica);
- **Produção de material didático** para capacitação comunitária;
- **Formação de agentes locais** em técnica, autogestão, letramento e habilidades digitais;
- **Implantação colaborativa da rede** junto à comunidade/escola;
- **Bolsas de apoio** para agentes responsáveis pela gestão da rede local;
- **Suporte técnico continuado** durante 24 meses.

Com o investimento de **R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) em 24 meses**, o projeto implantará a infraestrutura necessária para garantir conectividade significativa e autossustentável no território atendido.

Após a conclusão da implantação, o custo médio estimado de operação da rede será de apenas **R\$ 10 por pessoa/mês**, fortalecendo a cidadania digital e possibilitando a replicação do modelo em outros territórios. Esse valor será viabilizado por **cofinanciamento público (PIEC e programas educacionais) e contrapartida institucional**, sem repasse às famílias. O resultado é **Wi-Fi estável nas salas e áreas comuns, com gestão compartilhada** e metas simples de disponibilidade, garantindo continuidade do serviço e uso pedagógico cotidiano.

Ressaltamos que, ao destinar a emenda à **Ação 20V8** sob a responsabilidade do **Ministério das Comunicações (MCOM)**, sua operacionalização ocorrerá mediante **chamamento público**, assegurando que a execução siga critérios técnicos, de transparência e alinhamento às políticas públicas estabelecidas pelo Ministério, conforme previsto no **Manual de Emendas do MCOM**.

Na expectativa de contar com o apoio de Vossa Excelência, colocamo-nos à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais e avançar nesta agenda de interesse nacional.

Atenciosamente,
Marcelo Saldanha

Pelo Movimento Nacional de Redes Comunitárias

+55 22 98842-0482 | marcelosaldanha@ibebrazil.org.br

EMENDA À DESPESA

(Projeto de Lei Orçamentária da União para o exercício de 2026)

Sequencial SOF

Esfera Orçamentária

☒ Fiscal

☐ Seguridade Social

☐ Investimento das Estatais

Órgão

Código	Descrição
41000	Ministério das Comunicações

Unidade Orçamentária

Código	Descrição
41101	Ministério das Comunicações - Administração Direta

Funcional / Programática

Função	Subfunção	Programa	Ação	Subtítulo
24	126	2305	20V8	0001

Descrição da Ação

20V8 Apoio a Iniciativas e Projetos de Inclusão Digital

A emenda propõe levar conectividade a **250 famílias do Assentamento 25 de Março**, onde a produção agrícola convive com escassez de água, longas distâncias internas e baixo letramento digital — barreiras que dificultam o estudo, acesso a **serviços públicos** e oportunidades da **economia digital**. A implantação prioriza domicílios dispersos e pontos coletivos de uso cotidiano (escola, posto de serviços, áreas produtivas). O arranjo técnico prevê backhaul confiável, **distribuição de última milha** com pontos de Wi-Fi comunitário, apoio à gestão cotidiana da rede, atendimento inicial às casas e trilhas formativas voltadas ao uso seguro e prático da internet (gov.br, comercialização on-line, alertas climáticos). Para isso, estão previstos investimentos em **Capital (GND 4)** e cobertura de **Custeio (GND 3)**. A execução será direta pelo MCom, com operação apropriada localmente e rotas de suporte simples para manutenção.

Descrição do Subtítulo

Via Ministério das Comunicações - Para ser executado no Município de Carapebus

Produto

Iniciativa apoiada

Unidade de Medida

Unidade

Meta

1

Acréscimos à Programação (R\$ 1,00)

Grupo de Natureza de Despesa – GND		Modalidade de Aplicação		R	Acréscimo
Cód.	Descrição	Cód.	Descrição	P	
3	Outras Despesas Correntes	90	Aplicações Diretas	6	310.000
4	Investimentos	90	Aplicações Diretas	6	290.000

Cancelamentos Compensatórios (R\$ 1,00)

Sequencial	Fonte	Grupo Nat. Despesa - GND		Modalidade de Aplicação		I	R	Cancelamento
		Cód.	Descrição	Cód.	Descrição	U	P	

Justificativa

No contexto rural, **conectividade significativa** é aquela que sustenta a **vida produtiva e comunitária**: permite estudar, acionar políticas públicas, planejar plantio e escoamento, acessar crédito e negociar preços com autonomia. Em Itaquirá, a rede comunitária amplia a capacidade de decisão do território ao combinar acesso estável com governança local e regras de uso claras, **reduzindo custos e assimetrias** informacionais. As trilhas de **letramento e habilidades digitais** fortalecem um **uso crítico e seguro** das TIC — do cadastro em serviços públicos ao uso de plataformas de venda, passando por monitoramento do clima e manejo de irrigação. A formação de agentes locais cria capacidade instalada para manutenção e evolução da infraestrutura como **bem comum de base tecnológica**, aumentando a resiliência e **diminuindo dependências externas**. Com pontos coletivos ativos e **atendimento domiciliar** básico, a rede encurta distâncias, melhora o acesso a saúde e educação, e dá previsibilidade à comercialização da agricultura familiar. O resultado é **mais renda, menos isolamento** e uma governança digital que preserva dados e reforça o **pertencimento comunitário**, com potencial de replicação em outros assentamentos.



Sumário Executivo de Projeto – Implantação e Expansão de Redes Comunitárias em Territórios Infoexcluídos no Brasil

1. Introdução

Nesse cenário em que a **exclusão digital** ainda fragmenta a vida cotidiana — especialmente em **áreas rurais dispersas e periferias urbanas** — o projeto aqui apresentado se propõe a transformar conectividade em direito e capacidade de uso, com **redes comunitárias** estáveis, de custo acessível e gestão local. Os dados municipais ajudam a compreender a urgência: em **Carapebus**, a densidade por banda larga fixa **chega a apenas 9,9 por 100, somando 3,7 mil pessoas em pobreza** — recortes que evidenciam lacunas de infraestrutura, serviços caros e trechos sem sinal que limitam estudo, trabalho e **acesso a políticas públicas**.

No **Assentamento 25 de Março (Itaquira, Carapebus/RJ)**, o projeto trata conectividade como **infraestrutura de direitos para 250 famílias** e pontos coletivos (praça, sede da associação e serviços locais). A governança simples, com protagonismo da **Associação APRA 25 de Março**, forma técnicos do próprio território e **reativa parcerias com IFF e UENF**, convertendo um plano interrompido na **pandemia** em ação estruturante que encurta distâncias para estudo e saúde, reduz custos e assimetrias de informação e fortalece a autonomia comunitária.

Nesse sentido, alguns pontos são centrais na construção do programa: **autogestão com entidades locais, regras de uso e contribuição solidária, fundo de manutenção, formação de agentes do território e suporte técnico complementar que garante estabilidade e continuidade**. As trilhas de **letramento e habilidades digitais** — do uso seguro e crítico às rotinas de serviços públicos, do apoio ao estudo e trabalho à proteção de crianças e adolescentes — transformam o “**estar conectado**” em “**saber usar com propósito**”, preservando identidades e ampliando renda. Esse arranjo, testado nas comunidades acima, reduz deslocamentos e custos de transação, e avança a **soberania digital**.

Ao final, as **redes comunitárias são vistas como bem comum de base tecnológica**, que garantem **acesso significativo e sustentável**, fortalecem serviços públicos, ativam economias locais e consolidam uma **governança** enraizada no **território** — um programa replicável que **reduz desigualdades** e amplia **horizontes de cidadania** onde o mercado ainda não chega ou chega caro e precário.

2. Objetivo geral

Garantir acesso significativo e sustentável à internet no Assentamento 25 de Março (Itaquira, Carapebus/RJ), reduzindo desigualdades digitais, fortalecendo serviços públicos locais e consolidando um modelo comunitário de conectividade replicável.

3. Objetivos específicos

1. **Adquirir equipamentos e insumos** para a montagem da infraestrutura de rede comunitária híbrida; e **link de internet** de alta capacidade.



2. **Produzir material didático** para capacitação técnica e de autogestão da rede local.
3. **Realizar formação teórica e prática** de agentes comunitários em instalação, manutenção e governança da rede local.
4. **Implantar a rede junto com a comunidade**, assegurando acompanhamento técnico nas atividades em campo.
5. **Conceder bolsas de apoio** para agentes locais responsáveis pela gestão técnica e administrativa.
6. **Executar trilhas formativas** em letramento e habilidades digitais, com apropriação crítica das TIC, focadas no uso consciente e construtivo da rede comunitária de internet.
7. **Oferecer suporte técnico complementar** durante o projeto, para consolidação da apropriação tecnológica.

4. Público-Alvo

- **Direto:** em média, **250 famílias (≈ 1.000 pessoas)**, escolas, unidades de saúde, praças comunitárias e pontos de interesse social.
- **Indireto:** Famílias do entorno da área de cobertura da rede comunitária, que poderão se beneficiar da replicação do modelo.

5. Metodologia

- **Aquisição e logística:** compra de rádios setoriais, CPEs, switches, roteadores, torres, cabos, insumos de rede e EPIs, infraestrutura passiva e ativa de fibra óptica da rede local (metroethernet) e contratação do link de internet.
- **Formação comunitária:** produção de materiais didáticos (guias e apostilas) e realização de oficinas teóricas e práticas para agentes locais, priorizando mulheres e jovens, contemplando de forma integrada os componentes técnicos para implantação, operação e manutenção das redes comunitárias, a gestão e a governança participativas dessas redes e trilhas de letramento e habilidades digitais voltadas aos moradores da comunidade.
- **Bolsas de incentivo:** oferta de bolsas de apoio para agentes locais responsáveis pela gestão técnica e administrativa da rede, garantindo dedicação, continuidade e fortalecimento das capacidades comunitárias.
- **Implantação colaborativa:** ativação da rede comunitária de forma participativa, envolvendo a comunidade local em mutirões de instalação e apropriação dos equipamentos, com apoio técnico do parceiro implementador.
- **Autogestão e governança:** estruturação de processos simples e participativos de gestão técnica e financeira, com sistemas de cadastro e inventário acessíveis, assegurando transparência e corresponsabilidade na manutenção das redes.
- **Suporte técnico complementar:** acompanhamento remoto e visitas presenciais ao longo do projeto, para ajustes, manutenção preventiva e consolidação do modelo de conectividade, visando a sustentabilidade e a replicabilidade da iniciativa em outros territórios.



Matriz de Responsabilidades (RACI)

Atividade/Entregável do Projeto	Gestor Comunitário (anual)	Técnico Comunitário (anual)	Instrutor de Redes Comunitárias¹ (anual)	Suporte Complementar de Telecom² (anual)
1. Planejamento local, cronograma e articulação comunitária	R/A	I	C	C
2. Levantamento inicial / site survey (pontos, rotas, risco, inventário)	C	R	I	A/C
3. Desenho de topologia (rádio + fibra), plano de endereçamento, VLAN/QoS	I	C	I	R/A
4. Aquisição e logística de equipamentos/insumos	R/A	C	I	C
5. Montagem de site/POP local e backbone interno	I	R	I	A/C
6. Instalação e configuração de ativos (RB, switches, rádios, CPEs, hotspots)	I	R	I	A/C
7. Segurança, conformidade e teste de aceite (link, latência, SLA local)	I	C	I	R/A
8. Operação inicial e suporte de campo (troubleshooting, chamados)	I	R	I	A/C
9. Monitoramento de rede (gráficos, logs, indicadores), rotinas preventivas	I	R	I	A/C
10. Produção de material didático técnico (guias/apostilas)	I	C	R/A	C
11. Oficinas técnicas (instalação, manutenção, governança da rede)	I	C	R/A	C
12. Trilhas de letramento e habilidades digitais (T1–T10)	I	C	R/A	C
13. Mentoria de agentes locais (formação continuada)	I	C	R	C
14. Autogestão: governança, prestações de contas, assembleias, cadastro e inventário	R/A	C	C	I
15. Gestão de usuários e contribuição solidária (adesão, bolsões sociais, comunicação)	R/A	C	C	I
16. Indicadores e avaliação (250 domicílios, 10 pontos públicos, 20 agentes formados, T1–T10)	R/A	C	C	C
17. Relatórios periódicos e relatório conclusivo	R/A	C	C	C
18. Sustentabilidade pós-projeto (planos de OPEX, plantões, sucessão técnica)	R/A	C	C	C

Legenda

R = Responsável direto por executar

A = Aprovador/decisor final

C = Consultado (apoio técnico/insumos)

I = Informado (acompanha/recebe updates)

6. Resultados esperados

- **Produção de material didático aberto** (Guia Prático de Rede Comunitária Híbrida) para multiplicação do conhecimento.
- **20 agentes comunitários capacitados** em técnica e autogestão da rede local.
- **Realização de 10 trilhas formativas** em letramento, habilidades digitais e uso crítico das TICs para usuários da rede comunitária.
- **250 domicílios conectados** com ≥ 25 Mbps em horários de pico.
- **10 pontos públicos ativos de Wi-Fi** (escolas, saúde, praças).
- **Redução de custos familiares** de R\$70 para \leq R\$35/mês.
- **Fundo comunitário ativo** com bolsas de conectividade para famílias de baixa renda, lastreadas no próprio fundo e regidas por regras de sustentabilidade.
- **Gestão consolidada** de manutenção da equipe local com recursos do Fundo no pós-projeto.
- **Aferição e transparência dos indicadores:** a velocidade mínima (≥ 25 Mbps) será aferida por medição mensal; e todos os indicadores (domicílios ativos, pontos públicos operantes, custo médio por família, bolsas e formações) serão consolidados em **relatório público semestral**.



7. Cronograma (24 meses)

- **Meses 1–2:** aquisição de equipamentos, implantação de link de internet (24 meses), logística e site survey.
- **Meses 3–6:** capacitação técnica e de autogestão (oficinas e material didático)
- **Meses 7–9:** implantação inicial da torre, ativação parcial de pontos públicos, 25 domicílios piloto e suporte de acompanhamento.
 - **M7 – Trilha T1 (6h):** letramento digital básico (Wi-Fi, contas, navegação, backups).
 - **M8 – Trilha T2 (6h):** cidadania e segurança I (senhas, 2FA, privacidade).
 - **M9 – Trilha T3 (6h):** informação confiável (checagem rápida/MIL).
- **Meses 10–18:** expansão progressiva para 150 domicílios e ativação total de pontos públicos com suporte complementar.
 - **M11 – Trilha T4 (6h):** produtividade essencial (texto, planilha, formulários).
 - **M13 – Trilha T5 (6h):** serviços públicos digitais (gov.br na prática).
 - **M15 – Trilha T6 (6h):** mídia comunitária (rádio/TV web com celular/PC).
 - **M17 – Trilha T7 (6h):** cidadania e segurança II (LGPD do cotidiano).
 - **M18 – Trilha T8 (6h):** ferramentas para renda (WP Plugins, E-Commerce, catálogo/QR).
- **Meses 19–22:** expansão final para 250 domicílios, consolidação de autogestão e monitoramento com suporte complementar.
 - **M20 – Trilha T9 (6h):** helpdesk comunitário (chamados/registro).
 - **M22 – Trilha T10 (6h):** sustentabilidade e gestão da rede (plantões/indicadores).
- **Meses 23–24:** suporte técnico final, avaliação de resultados e relatório conclusivo.

8. Orçamento (R\$ 600.000,00)

Item	Valor (R\$)
Equipamentos e insumos técnicos (rádios, CPEs, switches, torres, cabeamento, EPIs etc.)	283.000
Link de Internet (≈1.8 Gbps por 24 meses à R\$ 1,40 por Mbps)	63.000
Produção de material didático (guias e manuais)	24.000
Oficinas de capacitação e letramento (técnica, autogestão e trilhas)	48.000
Bolsas de agentes comunitários (1 gestor e 2 técnicos)	110.000
Suporte técnico complementar (visitas e suporte remoto)	72.000
Total	600.000

9. Sustentabilidade

O modelo de **contribuição solidária (~R\$35/mês por família)** cobre integralmente os custos de operação da rede e ainda gera excedente para manutenção e bolsas sociais. A governança será conduzida por associação comunitária local, com assembleias abertas, prestação de contas públicas e apoio técnico do Parceiro Implementador.



10. Alinhamento com políticas públicas

- [Lei nº 12.965/2014](#) – Garante o acesso à internet como serviço essencial ao exercício pleno da cidadania.
- [Lei nº 9.998/2000](#) – Fomento à universalização das telecomunicações, com prioridade a projetos que reduzam desigualdades socioeconômicas e regionais para ampliar o acesso significativo à internet.
- [PPA 2024-2027](#): **Programa 2305** - Comunicações para Inclusão e Transformação. **Objetivos Específicos**: Promover a inclusão digital e a conectividade significativa; Promover o desenvolvimento das habilidades digitais da sociedade.
- [Decreto nº 9.612/2018](#): universalização da banda larga em áreas de baixa atratividade econômica.
- [Decreto nº 11.542/2023 – PNID](#): promoção da inclusão digital.
- [PERT/Anatel](#): expansão em escolas, postos de saúde e comunidades rurais.
- [GTRCOM/Anatel](#): Grupo de Trabalho de Redes Comunitárias – MoU entre Anatel e Governo Britânico;
- [Agenda 2030 \(ODS 3, 4, 9 e 10\)](#): saúde, educação, infraestrutura inclusiva e redução de desigualdades.

11. Conclusão

Com investimentos globais **R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) em 24 meses**, o projeto garantirá **conectividade significativa para cerca de 250 famílias (≈ 1.000 pessoas)**, fortalecendo escolas, unidades de saúde e praças comunitárias nas localidades atendidas, bem como, a promoção de letramento digital e desenvolvimento de habilidades digitais com apropriação crítica das TICs. Isso significa que o custo do acesso **após sua implementação**, em cada comunidade, equivale a aproximadamente **R\$ 10 por pessoa/mês**, evidenciando a eficiência e o elevado impacto social do investimento.

Com **monitoramento trimestral** dos indicadores e relatório público semestral, asseguram-se **transparência, melhoria contínua e autossustentabilidade do modelo**, preservando o custo por família no patamar de referência e a qualidade do serviço.

A iniciativa torna-se **autossustentável a partir do atingimento de escala sustentável em cada comunidade**, o que amplia o potencial de impacto e possibilita sua **replicação em outros territórios e comunidades**, consolidando um modelo viável, sustentável e escalável de inclusão digital comunitária.